



4569 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT12 - Currículo

Empoderamento crespó: ciberativismo, currículo e diferença nas escolas  
Iris Verena Santos de Oliveira - UNEB - Universidade do Estado da Bahia  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### Empoderamento crespó:

#### ciberativismo, currículo e diferença nas escolas

#### Resumo

O artigo trata do ativismo da juventude negra no YouTube, atentando para os mecanismos da luta antirracista desenvolvidos nessa plataforma de compartilhamento de vídeos, ao mesmo tempo que apresenta as disputas pela política curricular no que tange ao ensino de cultura afro-brasileira e história da África. Desse modo, este texto propõe atentar às narrativas de youtubers, a partir de suas próprias vozes, dando atenção especial às publicações do Canal DePretas, de Gabi Oliveira. O diálogo entre youtubers e professores provoca reflexões sobre a atuação de intelectuais negras nas universidades, ao tempo em que pauta o conceito de diferença, entendido como alteridade que escapa ao mesmo, pelas significações de escola como espaço de disputas em torno das relações entre currículo e políticas de reconhecimento. No texto o referencial teórico pós-estrutural é acionado para tratar diferença em si nas significações do espaço escolar, opondo-se ao debate fundado na perspectiva da diversidade. Nas considerações finais aponta para o debate sobre questões étnico-raciais pautada na escola pelos corpos que transitam em corredores e salas de aula.

Palavras-chave: juventude; ciberativismo; currículo; diferença; youtubers.

#### Canetas, sombras e batons

Em conversa com professores(as) durante um curso de formação sobre gênero, raça e práticas escolares, fique sabendo do diálogo iniciado por uma professora, que questionou sua aluna: “isso é batom pra vir à escola?”. Como mulher negra, docente do ensino superior e vinculada de forma ancestral a Oxum, cujo arquétipo está relacionado à vaidade, a pergunta causou-me incômodo. A compreensão do espaço escolar como o espaço em que as preocupações devem voltar-se exclusivamente para o intelecto, numa separação cartesiana entre corpo e mente, lastreava, de algum modo, o questionamento.

Nessa mesma direção, sempre me incomodou a oposição entre as preocupações com a beleza e educação formal. Dito de outro modo, entre livros e sapatos, escolho os dois! A pergunta posta anteriormente remeteu-me às *youtubers*, mulheres jovens negras, que se comunicam a partir de vídeos exibidos em canais no *YouTube* para ensinar sobre maquiagem e cuidados com o cabelo, bem como para acompanhar os debates digitais sobre o feminismo negro e repercussões do racismo no Brasil. Entendo, sob essa perspectiva, que as questões postas pelas jovens influenciadoras digitais se relacionam diretamente com embates vivenciados nos espaços escolares e que mobilizam os professores em cursos de formação continuada.

Escrevo o texto em primeira pessoa, um gesto que está relacionado às reflexões em torno de questões que constituem minha experiência como professora e mulher negra. Defendo, sob minha inscrição teórico-analítica, que forma é conteúdo, sendo assim assumo os referenciais teóricos pós-estruturais que questionam as pretensões de neutralidade ao incorporar no desenho do artigo os atravessamentos que me constituem e que me permitem olhar de uma determinada forma, e não de outras possíveis, para a discussão sobre currículo e atuação de jovens negras e ciberativistas.

Será possível observar, nesse processo de escrita, o modo como esse gesto de inscrição se deixa afetar por expressões das *youtubers*, as quais são referidas ao longo do texto. Vale salientar que não há uma preocupação em discutir a produção audiovisual à luz das teorias do campo da comunicação, uma vez que o conteúdo produzido pelas influenciadoras digitais será acionado, ao longo deste artigo, pelas possibilidades de diálogo com as políticas de currículo que reivindicam uma educação antirracista.

Desse modo, este texto lança um olhar atento às políticas curriculares antirracistas no Brasil, analisando os sentidos atribuídos à escola. Ele problematiza ainda quem são os(as) estudantes para quem as políticas afirmativas são direcionadas. Os textos legais se referem aos discentes que não se reconhecem como tal, ou seja, que não se identificam enquanto negros(as). Nesse sentido, caberia a escola promover a emancipação social, que possibilitaria o acesso aos conteúdos ligados à história afro-brasileira e africana, através dos quais esses discentes desenvolveriam orgulho e pertença étnico-racial.

A proposta deste trabalho é, portanto, questionar o que é deixado de ver, ao focar o debate de raça e gênero, apenas como conhecimento a ser ensinado na escola. Desse modo, insisto que o tratamento de questões étnico-raciais somente como conteúdo escolar, através das normatizações curriculares, limita o espectro de elementos que envolvem o cotidiano de estudantes negros(as) nas instituições de educação básica. Esse olhar para a escola tem invisibilizado a pauta apresentada de maneira afrontosa por *blacks* [1], tranças e batons nas salas e pátios escolares.

Nesta pesquisa, foco no ativismo da juventude negra no *YouTube* e me atendo aos caminhos construídos como forma de engajamento político. Demonstro, nesse percurso, a limitação da legislação curricular voltada para o tratamento das questões étnico-raciais na escola, bem como aponto as possibilidades formativas proporcionadas pela experiência na internet, que, por sua vez, não está desconectada de antigas formas de militância dos movimentos sociais ainda que

apresente novas temáticas, configurações e protagonistas.

Para tratar sobre o ativismo da juventude negra no *YouTube*, incito uma reflexão a partir de expressões comumente utilizadas pelas influenciadoras digitais. Para tal empreendimento, apresentarei no tópico *Bem blogueirinha*, tomo o parecer do Conselho Nacional de Educação, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como documentos curriculares para educação antirracista. A leitura desses documentos atenta para o propósito da Lei 10639/03, mas também é um gesto de análise sobre o perfil dos(as) estudantes que seriam o público alvo da proposição curricular. Ainda no percurso de desenvolvimento do texto, no tópico “Já que é pra tomar, tomei”, apresento algumas questões discutidas no canal DePretas, por Gabi Oliveira, ressaltando a atuação de uma mulher jovem e negra no ciberativismo, tratando das mesmas questões pautadas pelos documentos curriculares, os quais enfatizam o debate sobre o antirracismo na educação pública. Finalizo com o tópico “Tour pelo meu texto”, retomando o debate sobre o ambiente escolar, entendido aqui como um espaço no qual permeiam debates presentes no mundo virtual, marcado corporalmente pela forma como estudantes se apresentam para as aulas, o que diz sobre alguns sentidos atribuídos pelos(as) discentes à escola.

Vale ressaltar que as reflexões oriundas deste trabalho permitirão compreender como as influenciadoras digitais negras mostram a indissociabilidade das dicas sobre cabelo, moda e maquiagem e suas experiências com mulheres, em corpos negros, que lidam com questões como objetificação, assédio, violência e o racismo. Atravessamentos que, em determinadas situações, toma as mulheres negras como exótica e, em outras, nos tornam todas iguais. Essas são faces do racismo que insiste em nos desumanizar. Ainda que essas questões sejam pautadas, no *corpus* analisado, a partir de vivências fora do contexto escolar, compreendo que as narrativas de experiências dessas mulheres negras devem ser acionadas para pensar currículo e diferença nesse espaço.

## BEM BLOGUEIRINHA

Frequentemente as *youtubers* se referem aos próprios comportamentos, formas de se posicionar frente à câmera e as estratégias para montar *looks* como característico de *blogueirinhas*. Em tom jocoso, elas brincam com a repercussão dos seus canais, grande número de seguidores, indicando a surpresa com o rumo tomado pela publicação de seus vídeos. Assim a expressão *blogueirinha* não diz respeito apenas às pessoas que escrevem em *blogs*, mas aponta para um certo comportamento previsto para uma influenciadora digital.

Ao discutir temas do cotidiano, por vezes, as *youtubers* se referem às experiências escolares. Vou acionar dois momentos em que são explicitadas impressões sobre o ambiente escolar nas plataformas digitais. O primeiro trecho foi extraído do Canal DePretas, mais especificamente da sessão Papo DePreta, que é gravado como uma conversa entre amigas, espaço de cumplicidade e confidências. O vídeo é intitulado, sintomaticamente, como: “Um trauma chamado COLÉGIO”. Nele, a *youtuber* relata:

Sabe quando um tema tá te perseguindo? É esse tema de hoje. Eu estava numa mesa junto com várias outras meninas negras conversando... de boa... Sobre como a gente estava bonita, de como a gente tinha se descoberto. De repente o papo chegou no assunto mais triste da história de todas nós: o colégio! (...) Oh, época difícil, essa da escola! (...) Foi tanta história, desde aquelas clássicas; chamar de macaca, de fedorenta... essas coisas todas que a gente já sabe que acontece (...) E como a gente vai mudar isso? Porque as nossas crianças estão aí sofrendo as mesmas coisas que a gente sofreu... (OLIVEIRA, 2015) <https://www.youtube.com/watch?v=txTJMcXdB20&t=129s>

As ideias que Gabi Oliveira sintetizou nesse vídeo, com mais 28.615 visualizações, são constantemente mencionadas por outras *youtubers* negras que costumam se referir às suas experiências escolares como momentos difíceis, que precisaram ser superados.

As menções frequentes, ao espaço escolar, como um local de sofrimento por conta das questões estéticas pelas influenciadoras digitais, levam-me a atribuir aos ativismos digitais uma grande importância no processo de formação da juventude negra brasileira que produz e acessa conteúdos na internet. Bilhetes como o citado acima, narrativas sobre a escola como um espaço de reprodução do racismo estrutural, a partir de experiências que são individuais e ao mesmo tempo, tocam tantas pessoas e levam-me a entender a atuação das ciberativistas negras pelo seu engajamento político, ao protagonizar a disputa de narrativas sobre temas que ainda são vistos como menos importantes no meio acadêmico brasileiro.

Ao estabelecer uma relação entre a atuação de ciberativistas e o ambiente escolar, considero que não se tratam de territórios opostos, uma vez que reconheço, nas temáticas postadas nas plataformas e redes sociais, as questões que podem ser acionadas no processo formativo e que, a despeito das tentativas de isolamento por muros escolares, têm permeado espaços formais de educação, especialmente, pelos temidos celulares, no intervalo das aulas ou em ações furtivas durante as atividades educacionais.

A lei 10.639/03 obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos escolares brasileiros. Entretanto, o seu texto sucinto não se referia à formação de professores e pouco informava sobre a sua implementação. No ano seguinte, as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL, 2004), doravante tratada como *Diretrizes*, tratavam dessa lacuna. Esse documento foi utilizado na produção de material didático, formação de professores e tem subsidiado práticas curriculares comprometidas com a educação antirracista no Brasil. Fato que justifica o uso do documento como basilar para o debate sobre as questões étnico-raciais nas escolas brasileiras.

Nos estudos sobre educação e questões étnico-raciais no Brasil, a Lei 10.639/03 aparece como um marco importante e tem gerado um grande número de pesquisas acadêmicas. Para alguns autores “a efetivação e a difusão desta medida caminham a passos demasiadamente lentos, de modo que se torna relevante analisar o curso dado ao processo de implementação dessa lei” (SANTOS, PINTO, CHIRINÉA, 2018, p. 950). Para Kabengele Munanga, os estudos sobre história e cultura afro-brasileira possibilitam aos estudantes “construir a sua identidade “racial” ou étnica”, permitindo aos negros “participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências” (MUNANGA, 2015, p. 25).

Muitas pesquisas sobre práticas para educação antirracista no Brasil denunciam “situações criadas por atitudes, expressões de racismo, etnocentrismo, bem como de outras discriminações são recorrentes em escolas e universidades” (GONÇALVES E SILVA, 2018, p. 134) e tentam resolver a questão desqualificando a denúncia ou minimizando a situação

de agressão. No seu levantamento sobre a educação das relações étnico-raciais em instituições educacionais, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018, p.134) identificou que,

Cultiva-se, assim, uma cultura de silenciamento, que incentiva a continuidade de discriminações e naturaliza o racismo. Em mais de um artigo, se faz referência a vocabulário hostil, utilizado para os xingamentos, ofensas e humilhações de caráter racista, sexista, xenófobo, que desqualificam pessoas e grupos étnico-raciais, bem como a necessidade de desconstruí-lo.

Visando combater as situações de racismo apontadas acima, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas busca assegurar “o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira” (BRASIL, 2004, p. 01). As *Diretrizes* foram pensadas no âmbito das políticas afirmativas, visando possibilitar uma reparação histórica através da valorização da história, cultura e identidade da população negra no Brasil, como explicita seu texto “propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial” (BRASIL, 2004, p.02).

Observando-se o trecho supracitado, é possível identificar que o documento se refere a um espectro bastante amplo de questões no ambiente escolar: “conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores”, tais aspectos seriam construídos na escola, com o intuito de tornar os estudantes “cidadãos orgulhosos de se pertencimento étnico-racial” (BRASIL, 2004, p. 02). Assim, o documento parte do pressuposto de que esse pertencimento, tratado como elemento positivo, não seria a realidade dos estudantes, tornando-se uma responsabilidade do(a) professor(a).

Ao longo do documento, poucas vezes, identifico poucas menções aos corpos dos(as) estudantes. Em uma dessas passagens, lê-se:

Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (BRASIL, 2004, p. 04)

É possível observar, nessa passagem, que há uma preocupação constante nas *Diretrizes* em especificar que a questão racial está sendo tratada como construção social e não a partir do conceito biológico de raça. Talvez, por esse motivo, o texto se refira poucas vezes as características dos corpos negros. No trecho anterior, “traços físicos” e “textura do cabelo” são citados como alvo nas situações de racismo no espaço escolar. Diante disso, pretende-se criar um ambiente de valorização para pessoas negras, em que os corpos negros não sejam motivo de piadas que desencorajem a sua permanência.

Nos anos posteriores a aprovação das *Diretrizes*, houve no Brasil uma corrida de professores(as) que buscavam atualização através de cursos de formação para atender as novas demandas colocadas pela legislação. Mesmo diante das excessivas cargas de trabalho, não era incomum que professores estudassem à distância e nos finais de semana para atender as pretensões colocadas pelas *Diretrizes*. Vale ressaltar que esses professores(as) cresceram em um país racista e tiveram acesso à formação universitária etnocêntrica, a qual é criticada nesses documentos normativos.

Desse modo, as determinações presentes nas *Diretrizes* indicam que os conselheiros entendiam a complexidade do desafio que o documento apresentava. As *Diretrizes* centram-se na produção e divulgação de conhecimentos, que incentivariam a parceria entre instituições de ensino dos mais diversos níveis, que possibilitaria o registro das narrativas de pessoas, cuja experiência de vida não era valorizada. O texto apresenta a necessidade de investigação da história da população negra, para que tais informações passassem a compor as listas de conteúdos na formação de professores e tivessem efeitos na educação básica.

Ao entender o conhecimento como ferramenta para a promoção da equidade, constrói-se um sentido de escola como o lugar “em que determinados conhecimentos devem ser aprendidos, simplificando a seleção pela alusão a um conjunto de conhecimentos mais válidos que outros” (MACEDO, 2017, p. 24). Nesse movimento, a legislação também diz quem é outro, construindo sentidos de negritude. Ou seja, os instrumentos normativos nomeiam o outro, “a preocupação com o aspecto regulador da legislação impossibilita a compreensão de que questões étnico-raciais são enfrentadas cotidianamente” (OLIVEIRA, 2017, p. 647), especialmente quando as narrativas de negritude apresentadas nas leis e diretrizes não dialogam com as diversas formas de se constituir como negro(a) em um país tão grande como o Brasil.

Se por um lado, as lutas identitárias nos possibilitaram passos importantes na disputa pela educação antirracista, como são as leis e diretrizes citadas ao longo desse texto, talvez tenha chegado o momento de enfrentar epistemologicamente as reduções identitárias que transformam o outro, no mesmo (SCKLIAR, 2003). Nas reduções os sentidos de *ser* mulher negra, homem negro ou mulher quilombola encerram possibilidades de *ser*, ao invés de abrir possibilidades de humanização. Entendo que encarar esses limites e reduções é outra forma de disputar o *front*.

### “JÁ QUE É PRA TOMBAR, TOMBEI! [2]”

A preocupação das novas gerações com a estética dos corpos negros, produziu o termo “geração tombamento”, o qual também faz referência ao posicionamento de mulheres e homens negros, que têm ocupado os espaços de poder de forma assertiva e rompendo com estereótipos de subserviência, que insistem em vincular corpos negros a condições servis.

Se não limitamos o processo formativo ao espaço da escola, é possível ver na atuação das *youtubers* negras discussão de temas e questões de fundamental importância para a formação da juventude. Nesse exercício, interessa-me olhar de forma mais atenta para as questões veiculadas nas plataformas de compartilhamento de vídeos.

Diante do grande número de produtoras de conteúdo negras na internet e, tendo em vista os limites estabelecidos para esse texto, vou me deter aos vídeos do Canal De Pretas, de Gabi Oliveira.

Pela aproximação dos movimentos negros brasileiros com a discussão racial norte-americana, a questão da representatividade, passou a receber grande atenção no território brasileiro. Nesse sentido, os números de visualizações e

comentários nos vídeos é indicativo de que são outros tempos, nos quais a juventude negra constrói um espaço importante em torno das questões que envolve mídia, educação e estética negra.

As discussões sobre representatividade da população negra na mídia chegaram mais recentemente à internet, mas já vinham sendo problematizadas na academia e no cinema. Em 2000, Joel Zito de Araújo lançou o emblemático documentário “A Negação do Brasil” que propôs uma discussão sobre a atuação de atores e atrizes negros(as) nas novelas brasileiras, debatendo estereótipos, produzidos por esses espaços, que reduziavam possibilidades de atuação para a população negra, ao mesmo tempo que evidenciava situações de racismo apresentadas nas tramas. Nesse documentário, era apresentado também os incômodos dos telespectadores brasileiros com a formação de casais interracialis e com os personagens negros bem-sucedidos.

A movimentação das *youtubers* negras não tem passado despercebida pelas empresas de cosméticos, que passaram a relacionar suas marcas à figura das influenciadoras digitais, através de anúncios nos canais. Algumas delas criaram suas marcas próprias de produtos de beleza ou tornaram-se garotas propagandas de grandes empresas. É interessante perceber as mudanças nos vídeos que, inicialmente, voltavam-se pra receitas caseiras e depois passaram a fazer “resenhas de produtos”, ou seja, as mulheres passaram a receber em casa produtos que eram testados e os resultados eram apresentados em vídeos. O movimento que iniciou com marcas voltadas para as cacheadas, como a marca americana Deva Cosméticos, e outras como a Salon Line e a Lolla Cosméticos, que apresentam linhas específicas para crespos e cacheadas. Atualmente, marcas tradicionais como Elseve e Seda contratam *blogueiras* e atrizes negras para anunciarem linhas específicas para cabelos crespos e cacheados. Nos dias atuais, é comum que as lojas de cosméticos tenham gondolas específicas para cabelos crespos e cacheados, uma novidade dos últimos dez anos.

No contexto acadêmico, Ângela Figueiredo realizou, em 1994, uma pesquisa pioneira sobre cabelos de mulheres negras e identidade étnica. Em uma recente coletânea organizada por ela e Cíntia Cruz, as pesquisadoras afirmam que:

O cabelo crespo sempre fez parte da imagética das representações raciais, sendo imprescindível na construção de estereótipos. Por esse e outros motivos, é que, historicamente, os negros vêm sendo vitimizados no mercado da aparência ou no mundo da beleza, uma esfera marcada de modo contínuo pela construção de estereótipos negativos associados aos fenótipos negros, considerados feios, principalmente nos contextos em que há fortes e significativas desigualdades étnico-raciais. (FIGUEIREDO e CRUZ, 2002, p. 10)

Pode parecer que as questões relacionadas as representações raciais supracitadas não têm relação com a escola. Mas, qualquer pessoa que frequente espaços escolares com meninas negras no Brasil pode fazer o exercício de lembrar como o número de meninas com o cabelo *black* ampliou nos últimos anos. Arrisco-me a afirmar que, os nomes das *youtubers* citadas aqui são bastante conhecidos entre as estudantes da educação básica, tendo em vista o grande número de visualizações dos vídeos. E, o que isso nos diz sobre as questões étnico-raciais e gênero nas escolas brasileiras?

Antes de retomar essa questão, me volto para os vídeos de maior popularidade do Canal DePretas. Atualmente, os seus três vídeos com maior número de visualizações tratam, respectivamente, da busca por “bases” para peles negras de tom escuro, um vídeo resposta que denuncia racismo na internet e um vídeo em que ela faz um tour pelo próprio rosto, comentando os seus traços. No primeiro vídeo gravado sobre “bases”, com 1.037.130 visualizações, Gabi Oliveira retruca sobre possíveis críticas em relação à temática escolhida:

- Gabi, com tanta coisa séria pra você falar. Você vai falar de base? [E ela mesma responde]. - Você tem noção do que isso significa? Você tem noção do que não ter base pra você, significa? Significa, que a empresa tá te ignorando. Ela ignora que você é uma possível consumidora, ela ignora que você é uma cidadã brasileira. (OLIVEIRA, 2017) <https://www.youtube.com/watch?v=XXY7h2Cqj2Q>

É interessante observar, a partir dessa fala, o movimento feito por ela, na tentativa de justificar a importância da sua preocupação com a maquiagem. Ela aciona a ideia de cidadania, tão presente em textos curriculares, com um sentido que envolve estética para mulheres negras. Aqui, ser cidadã significa ter o direito de usar produtos de beleza, no tom específico para sua pele. A possibilidade de que suas preocupações sejam lidas como futilidade, fantasma que também me assombra nesse texto, aparece na fala da *youtuber*, na entrevista do projeto *#YoutubeBlackBrasil*, mencionado anteriormente. Nesse vídeo com mais de 39.989 visualizações, Gabi Oliveira afirma que:

No histórico das pessoas negras, a gente vê muita morte... muita morte! Porque a gente tá num processo de genocídio e esse genocídio nos ataca de todas as formas. Então, eu estar viva e estar compartilhando isso, já é revolucionário. Então, eu não vejo que eu vou trair o movimento...[Risos] Eu tô pautando de outras formas. (OLIVEIRA, 2017) <https://www.youtube.com/watch?v=7Nb3UFkYlxQ>

Uma olhada rápida nos títulos dos vídeos mais populares publicados no Canal DePretas indica a variedade de temas e questões abordadas, ainda que a estética seja o fio condutor. Um dos seus vídeos mais populares foi gravado em janeiro de 2018 e se chama “Tour Pelo Meu Rosto”. O vídeo, que conta com quase 400 mil visualizações, foi uma resposta ao chamado do Canal “Tá Querida” que propunha um “tour pelo corpo”. Luiza Junqueira, idealizadora do canal, tinha a intenção de provocar um debate virtual sobre padrões de beleza e, para isso, convidou mulheres para que realizassem um “tour pelo seu corpo” ressaltando características que estão fora dos padrões de beleza e geraram/geram sofrimento. Esse chamado foi respondido por Gabi, em um vídeo com 605.068 visualizações, da seguinte forma:

Eu confesso que um tour pelo meu corpo não faria muito sentido pra mim, porque eu tenho um corpo dentro dos padrões e essa nunca foi uma questão. Mas, eu lembrei de algo que hoje é superexaltado aqui nesse canal, mas que foi e, às vezes, ainda é, sinônimo de dor. Estou falando dos traços do meu rosto. (...) Começamos então, pelo temido nariz. O meu, como vocês podem ver, é bem largo, não tem ponta fina e, quando eu sorrio, olha só o que acontece... ele se abre. Agora, imagina se eu deixasse de sorrir por causa disso? (...) O triste é saber que sim. Em algum momento, eu já deixei de sorrir por causa dele. Na infância, o meu nariz era o meu martírio. Foram horas usando pregador pra ver se eu conseguia afiná-lo. Eu tinha uns seis, sete anos... Esse nariz tão inofensivo que hoje eu considero que

combina tanto com o meu rosto, já foi motivo de muito choro. (OLIVEIRA, 2018) <https://www.youtube.com/watch?v=CEOvCHPvvis&t=68s>

Na descrição sobre o vídeo, Gabi Oliveira diz: “esse foi um vídeo difícil de ser gravado. Mas eu espero que ajude mulheres como eu (OLIVEIRA, 2018).” Para suas seguidoras, era possível perceber a tensão na sua voz embargada e na dificuldade de sorrir e fazer piadas. Mesmo no vídeo que responde aos *haters*, pessoas que atacam em comentários nos seus vídeos, ela estava leve e sorridente. Nesse *Tour*, ela apresenta o rosto, destacando os traços que foram motivos de chacota na infância e que, atualmente, motivam ataques de *haters*. Elementos, cujas críticas são bastante comuns quando mulheres negras falam sobre os seus tempos de escola.

Diante do exposto, é importante salientar que como mulher negra e educadora que atua na formação de professores, identifico, nos vídeos publicados por Gabi Oliveira, o tratamento de diversas questões enfrentadas no cotidiano das escolas. A linguagem coloquial, o tratamento leve e, por vezes, bastante pessoal, de diversas situações não se opõem a complexidade dos posicionamentos, que geralmente seguem embasados na proposição de intelectuais que discutem o feminismo negro.

### TOUR PELO MEU TEXTO

Os vídeos das *youtubers*, envolvem temas diversos, como estética e cotidiano da juventude negra no Brasil. As experiências dessas mulheres com o corpo, e especialmente com o cabelo, levanta o debate sobre gênero e raça de forma contundente. Nas escolas, mesmo com a intenção niveladora dos uniformes, as estudantes se apresentam com corpos envergados para esconder os seios, calças folgadas pra disfarçar a bunda, blusas da farda escolar amarradas pra exibir a barriga negativa, além de desfilarem diversos tons de batom. É comum ouvir narrativas sobre o sexo sem camisinha, que ocorreu por exigência do “boy” e pelo temor de ser trocada, na dúvida se atrairia outro garoto, no exigente mercado amoroso dos pátios escolares.

O que estou apontando em meio a pincéis, espelhos e batons é que as questões raciais e de gênero estão presentes no espaço escolar de forma latente. Essas questões estão sendo pautadas todos os dias por estudantes que customizam o uniforme e se *montam* para ir à escola. Isso diz sobre os sentidos de escola que as estudantes negociam, inclusive, como lugar de *pegação* (RANNIERY, 2017). Suponho que, na ânsia de tratar educação e relações étnico-raciais como conhecimento, nossas pesquisas em educação deixam passar questões que pululam, no cotidiano escolar, do fundo escuro da quadra aos banheiros e que têm sido enfrentadas através do *ciberativismo* por *youtubers* negras.

O uso da internet nas escolas, através dos celulares, é perceptível para quem circula entre os(as) jovens, “Na chegada e durante os intervalos, produzem imagens, fazem fotos, interagem nas redes sociais, jogam online, ouvem música, registram o movimento da escola em vídeo, exploram múltiplas páginas.” (BONILLA; PRETTO, 2015, p. 513-514)

Nesse contexto, o espaço da escola vem sendo significado pelos(as) estudantes por meio da possibilidade de interação, descobertas e compartilhamento das experiências, mediadas pela tecnologia e internet.

Em 2017, fui convidada para falar sobre gênero e raça em uma escola pública de um capital brasileira. As(os) professoras(es) queriam discutir sobre as diretrizes curriculares e as formas de implementação da Lei 10.639/03. No intervalo da nossa atividade, fui ao pátio da escola e pude ver alunas carregando em seus corpos, majoritariamente negros, as questões que tanto interessavam aos meus colegas professores. Cabelos enormes e lindos, que quase me fizeram parar as alunas para perguntar sobre métodos de umectação e hidratação. Ao comentar sobre isso com os professores, ouvi a frase que motivou essa discussão. Uma professora teria se dirigido à uma estudante e questionado o batom que ela usava: “isso é batom pra vir à escola?” Ao que a aluna respondeu: “É!” e saiu, deixando a professora boquiaberta.

O que nos indica a pergunta da professora? Em que exatamente a condição de aprendizado da estudante seria afetada pelo batom? Qual sentido de empoderamento de estudantes negras permeia o imaginário docente? Talvez, seja um empoderamento que envolva saber o nome de todos os países que compõe a costa ocidental da África. Caberia, nesse imaginário, uma aluna que conheça o nome de líderes que enfrentaram a luta antirracista no mundo, em vários momentos? Por que tais informações não se sustentariam num corpo com um batom afrontoso e um *black* bem hidratado?

A pergunta sobre o batom, assim como a centralidade do acesso ao conhecimento como estratégia de luta política nas *Diretrizes* e outros documentos das políticas curriculares brasileira, deixam-me a impressão de que, mesmo àqueles que sustentam o discurso da descolonização, continuam a pensar a escola como um espaço para alimentar a mente. Escola como um espaço para ter acesso aos conhecimentos empoderadores, para não dizer conhecimento poderoso. (YOUNG, 2007). Uma escola nos moldes da modernidade ocidental, sustentando o criticado eurocentrismo.

Enquanto isso, as alunas estão aprendendo na internet, muitas vezes através do odiado celular, que esse enfrentamento pode se dar com o corpo e que o recado nem sempre se organiza como texto escrito. Os corpos de mulheres negras estão gritando nas escolas e universidades que os tempos são outros. Que não iremos mais nos calar nem sermos discretas. Esse empoderamento cabe na escola? Ou somente aquele, em que eu ensino pro outro quem ele deve ser?

Entendo que os posicionamentos das *youtubers* problematizam questões disputadas como significações de escola e currículo que podem ser lidas em um “movimento de espaçamento, um ‘devir-espaço’ do tempo, um ‘devir-tempo’ do espaço, uma referência à alteridade, a uma heterogeneidade que não é primordialmente oposicional”. Decorre daí uma certa inscrição do mesmo, que não é o idêntico, como *différance*. (DERRIDA, ROUDINESCO, 2004, p. 33), fugindo, assim, a tentativa de tornar o *outro*, no *mesmo*. Ao longo do texto, acionei a produção audiovisual das *youtubers* como expressão da diferença, aqui entendida como “algo que não se deixa simbolizar e que excede a representação” (DERRIDA, ROUDINESCO, 2004, p. 34).

Nessa perspectiva, pensar sobre a produção dos conteúdos das *youtubers* e a escola é um exercício que torna os muros escolares de forma mais permeável. O sentido comumente atribuído à escola tende a compreendê-la “como o lugar e o tempo em que determinados conhecimentos devem ser aprendidos, simplificando a seleção pela alusão a um conjunto de conhecimentos mais válidos do que outros” (MACEDO, 2018, p. 24). As falas transcritas, ao longo do texto, questionam a efetividade do isolamento dos muros escolares e sua intenção de constituir aquele espaço como “um lugar diferente dos outros, em que se aprende um conhecimento abstrato e poderoso, tão especial que só parece existir lá.” (MACEDO, 2018, p. 24). Compartilho com Macedo, o temor que “os muros, necessários para legitimar a escola, perigam ficar muito altos e encastelá-la em sua especificidade” (MACEDO, 2018, p. 24).

Vale salientar que não sustento, entretanto, que todas as meninas que circulam nos pátios escolares com cabelo natural possuam uma maior consciência racial, por que essa conscientização não é o meu foco. Indico que os sinais que despontam nos corpos das mulheres negras nas escolas sinalizam para amplitude de possibilidades de práticas curriculares, voltadas para questões étnico-raciais, por alargar significados sobre ser mulher negra no Brasil, o que jamais

será contido pela norma (BUTLER, 2017).

Registro a importância dos debates sobre questões étnico-raciais mobilizados pelos movimentos negros, com grande penetração nos cursos de graduação na área de ciências humanas e sociais. As *youtubers* citadas são egressas ou estudantes desses cursos e ressaltam a passagem pela universidade como um marco, para a sua autoidentificação como mulheres negras. Portanto, ainda que produza outro movimento a “geração tombamento” é também tributária das discussões, encaminhamentos e políticas públicas implementadas pelas disputas identitárias e ações políticas mobilizadas pelos movimentos negros.

A partir dessa abordagem, leio os vídeos compartilhados nos canais por mulheres negras em sua dimensão política pelo conteúdo e forma adotados. Não entendo que elas disfarçam mensagens políticas em meio às sombras e delineadores. O que defendo aqui é a dimensão política do uso da estética negra. Dessa forma, a trincheira é construída em meio a batons, glitter e delineadores.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. M., SANTOS, E. O. dos. Biopolíticas de currículo: notas de uma pesquisa-formação na cibercultura. **Acta Scientiarum Education**, v. 40(2), e36086, 2018.
- BONILLA, M. S., PRETTO, N de L. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499 - 521, maio/ago. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CRUZ, C. **Os cabelos mágicos**: identidade e consumo de mulheres afrodescendentes no Instituto Beleza Natural. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DERRIDA, J; ROUDINESCO, E. **De que amanhã...** Diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FIGUEIREDO, A; CRUZ, C. “Representações sobre cabelo, corpo e identidades das mulheres negras.” In: FIGUEIREDO, A; CRUZ, C. (Orgs) **Beleza Negra**: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras. Cruz das Almas: EDUFRB/Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.
- GOMES, N. L. “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.” **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- GONÇALVES, M. C. **Comunicação Preta**: uma análise dos discursos construídos por mulheres negras no Youtube. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Comunicação Organizacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GONÇALVES E SILVA, P. B. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018.
- HOOKS, B. Intelectuais Negras. In: **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ – PPCIS/UFRJ, vol.3 nº 2/95.
- HOOKS, Bell. **Alisando o nosso cabelo**. S.l; s.n., s.d. Tradução: Lia Maria dos Santos. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>> Acesso em 16 de março de 2019.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. de; TURA, M. L. R. As representações sociais e os estudos de políticas de currículo para a formação docente. In: Vera Maria Nigro de Souza Placco; Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas; Clarilza Prado de Sousa. (Org.). **Representações sociais: diálogos com a educação**. 1ed.São Paulo: Champagnat/FCC, 2012, p. 109-136
- MACEDO, E. O currículo no portão da escola. MACEDO, E; RANNIERY, T. **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis: Faperj/DP&A: 2018.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.
- OLIVEIRA, I. V. Escrivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. **Currículo sem fronteiras**. v. 17, n. 3, 2017; pp. 633-658.
- PÁTARO, C. S. de O., MORUZZI, Andrea Braga. Culturas Juvenis e Currículo: Valorização dos sujeitos jovens no trabalho escolar. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, pp. 61-81, set./dez. 2011.
- RANNIERY, T. “Sexualidade na escola”: é possível ir além da máquina de diferentes. MACEDO, E; RANNIERY, T. Currículo, sexualidade e ação docente. Petrópolis: Faperj/DP&A: 2017.
- SANTOS, E. F. dos; PINTO, E. A. T.; CHIRINÉA, A. M. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018.
- SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 101, pp. 1287-1302, 2007.

[1] Trecho da música “Tombei” da cantora Karol Conká. A expressão tombar significar abalar, chamar a atenção.

[2] Me refiro ao cabelo de pessoas negras, que valoriza a constituição natural do fio e cujo penteado acentua o volume dos cabelos, evidenciando o seu crescimento para cima. No Brasil, o termo *black* faz referência ao movimento *Black Power* ocorrido nos EUA, entre as décadas de 1960 e 1970, cujo caráter político e estético envolvia a valorização da estética negra, na luta pelos direitos civis. Sobre isso ver: HOOKS, bell. Alisando o nosso cabelo. S.l; s.n., s.d. Tradução: Lia Maria dos Santos. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>> Acesso em 16 de março de 2019.